



UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
Faculdade de Direito e Relações Internacionais
Curso de Relações Internacionais - FADIR

CAMILA TIEMANN DOS SANTOS

**Política externa chilena na transição democrática: de Augusto Pinochet
(1973-1989) a Michele Bachelet (2006-2010)**

Dourados - MS
2013

CAMILA TIEMANN DOS SANTOS

**Política externa chilena na transição democrática: de Augusto Pinochet
(1973-1989) a Michele Bachelet (2006-2010)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora da Universidade Federal da Grande Dourados, como pré-requisito para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof João Nackle Urt

**Dourados - MS
2013**

CAMILA TIEMANN DOS SANTOS

**Política externa chilena na transição democrática: de Augusto Pinochet
(1973-1989) a Michele Bachelet (2006-2010)**

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais na Universidade Federal da Grande Dourados, pela comissão formada por:

Orientador: Prof. João Nackle Urt
FADIR - UFGD

Orientador: Prof. Antônio J. Guimarães Brito
FADIR - UFGD

Orientador: Prof. Tchella Maso
FADIR - UFGD

22 de Abril de 2013

Conceito:

*Cambia lo superficial
cambia también lo profundo
cambia el modo de pensar
cambia todo en este mundo*

*Pero no cambia mi amor
por mas lejos que me encuentre
ni el recuerdo ni el dolor
de mi pueblo y de mi gente*

*Lo que cambió ayer
tendrá que cambiar mañana
así como cambio yo
en esta tierra lejana*

*Cambia todo cambia
Cambia todo cambia
Cambia todo cambia
Cambia todo cambia*

Pero no cambia mi amor...

Mercedes Sosa

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a Deus por ter me conduzido com saúde até agora, aos meus pais que sempre me apoiaram e estavam presentes nos momentos de alegria, ao meu pai que me ensinou que viajar é o remédio para a alma e à minha mãe que sempre com muito amor e dedicação consegue tirar um sorriso meu.

Às minhas irmãs por sempre terem acreditado que eu ia vencer os obstáculos. Aos meus avós por terem sido tão dedicados a nossa família e nos proporcionando a qualidade de vida que temos hoje.

Aos meus amigos que conheci na cidade de Dourados, pois parecia que era destino nos encontrarmos nessa cidade, na mesma Universidade, na mesma sala de aula por quatro anos. Fazer parte da I Turma de Relações Internacionais da Universidade Federal de Dourados é realmente uma honra.

Agradeço cada momento de sorriso e aprendizado tido com os professores mais atenciosos que enfrentaram uma sala de alunos conversadores, cheios de energia, com um senso de humor incrível.

RESUMO

Neste trabalho, apresentamos as mudanças significativas ocorridas na conduta da política externa Chilena desde a década de 70 até o ano de 2010. Analisando no período, os fatores externos e internos que dinamizaram a economia ao longo do período ditatorial com o general Augusto Pinochet que se iniciou com o golpe de 1973, no governo de Salvador Allende, e só terminou em 1989, com o fim da Guerra Fria. No ano de 1990, o país passa pela transição democrática, através da busca pela inserção internacional e consolidação de acordos bilaterais e multilaterais no âmbito político, econômico e social.

Fomentando as políticas democráticas os quatro presidentes do partido Coalición pós-transição democrática: Patricio Aylwin, Eduardo Frei Ruiz-Tagle, Ricardo Lagos e Michelle Bachelet contribuíram para condução de uma transição da ditadura para uma República Chilena de forma pacífica cada vez mais próspera. Com uma maior igualdade política e uma economia estável, visa-se o reconhecimento de um novo Chile, um país preocupado com a educação, saúde, bem-estar de todos os chilenos.

Palavras-Chave: Política Externa Chilena; Transição Democrática; Inserção Internacional;

ABSTRACT

This paper presents the significant changes occurring in the conduct of foreign policy since the Chilean 70s until the year 2010. Analyzing the period, the external and internal factors that boosted the economy during the dictatorial period with General Augusto Pinochet that began with the 1973 coup, the government of Salvador Allende, and only ended in 1989 with the end of the Cold War. In 1990, the country goes through the democratic transition through the pursuit of international integration and consolidation of bilateral and multilateral agreements within political, economic and social.

Fostering democratic politics the four presidents of the party Coalición post-democratic transition: Patricio Aylwin, Eduardo Frei Ruiz-Tagle, Ricardo Lagos and Michelle Bachelet contributed to driving a transition from dictatorship to a Chilean Republic peacefully increasingly prosperous. With greater political equality and a stable economy, the aim is the recognition of a new Chile, a country concerned with education, health, welfare of all Chileans.

Keywords: Chilean Foreign Policy; Democratic Transition; International Integration;

Sumário

Introdução	9
I - Para compreender o Chile Contemporâneo	12
1.1 - Breve Histórico do Chile independente (1818-1970)	12
1.2 – Ascensão e queda de Salvador Allende e o advento do governo Pinochet (1970-1989)	16
II – Política externa chilena na transição democrática	24
2.1 - Patricio Aylwin diplomacia de reinserção	24
2.2 – Eduardo Frei	27
2.3 – Ricardo Lagos	29
2.4 – Michelle Bachelet	31
Considerações Finais	37
Bibliografia	40

Introdução

A política externa é caracterizada por Figueira (2011, p. 23) como “interdoméstica”, justamente por ser o resultado da interação de comportamentos da política doméstica e da conjuntura internacional.

Neste trabalho, apresentamos as mudanças significativas ocorridas na conduta da política externa Chilena desde a década de 70 até o ano de 2010. Trata-se assim de analisar o momento histórico pós-transição democrática em 1990.

A tendência em analisar e entender a multipolaridade do sistema em um ambiente multifacetado, como as relações internacionais, aumentaram as discussões sobre os novos atores internacionais que entraram em pauta após a Guerra Fria. Nesse sentido, a análise de política externa tomou novos rumos quando a análise da política externa se tornou uma “sub-área” das relações internacionais (FIGUEIRA, 2011, p. 23). Surge então, o termo “desvendar da ‘caixa-preta’ do Estado, isto é, verificar como se dá o processo de decisão antes da implementação da política no plano internacional, quais as ‘peças da engrenagem’ da máquina do Estado devem ser consideradas para o entendimento do processo e como elas se articulam” (FIGUEIRA, 2011, p. 23).

O trabalho divide-se em dois capítulos, a história da política externa antes 1990 e pós 1990. No capítulo I, a análise da história contemporânea do Chile abordando a ascensão e queda de Salvador Allende, o advento do governo Pinochet (1970-1989) e a forma como a política externa foi conduzida são os embasamentos que sustentam esta monografia.

É inevitável a compreensão de seu atual contexto mundial sem antes fazer uma análise da formação política-ideológica imergida em um contexto social e cultural, tão rico em bravura e determinação, de um povo disposto a lutar pela democracia em seu país, para reconquistar a liberdade de uma nação reprimida e cassada por dezessete anos durante o período de ditadura militar chileno.

Sem a opção de exercerem o direito de cidadãos, como o voto e principalmente sem nenhum respeito aos direitos humanos, a veiculação de informações era proibida, a mídia nacional era manipulada pelos militares sobre o comando do General Augusto Pinochet que tinha o controle quase total das emissoras de rádio e televisão.

A construção da história do país após o governo socialista de Salvador Allende foi mantida em segredo, informações e documentos foram mantidos sobre censura e os rebeldes comunistas sobre tortura. A chegada de Pinochet em 1973 no poder, além de excluir a

participação do povo no poder, reformou a economia com a ajuda dos “*Chicago Boys*”, economistas da Universidade de Chicago.

Através da desregulamentação da economia, permitia-se o livre acesso do capital estrangeiro no país, caracterizando o período conhecido como “Milagre Chileno”, que possibilitou um grande avanço econômico, enquanto que “os demais países da América Latina somente começaram a implementar esse processo de liberalização econômica na década de 1990” (MOREL, 2008, p.81).

No capítulo II, estudam-se as principais características dos governos presidenciais de Patricio Aylwin, Eduardo Frei Ruiz-Tagle, Ricardo Lagos e Michelle Bachelet, são apresentados seus planos de governo e medidas adotadas tanto na política interna quanto externa.

Uma grande crise financeira mundial abalou a economia chilena em 2008, que gerou uma enorme instabilidade econômica e resultou na perda de milhões de dólares pelo empresariado chileno.

A crise da reforma do sistema público de transportes da cidade de Santiago, as manifestações ocorridas pelos estudantes chilenos por melhorias no sistema educacional foram fatores internos que mereciam atenção política e que foram abordadas a fim de repararem falhas que vinham desde o governo do ex- general Augusto Pinochet.

No plano internacional, a questão emblemática territorial com a Bolívia volta a ser discutida, houve reivindicação boliviana para obter uma saída para o mar, a fim de facilitar o escoamento das exportações de seus produtos pelo Oceano Pacífico, mas nenhum acordo foi proposto.

Em compensação, Chile firma acordos de cooperação no âmbito econômico com a China, União Européia, assina tratado de livre comércio com os Estados Unidos, México e Canadá, com políticas exterior voltadas para a reinserção internacional “*disminuyendo la vulnerabilidad política internacional del país, permitiendo al mismo tiempo recuperar gradualmente una mayor presencia e influencia en los niveles global, regional y bilateral de su política exterior*” (WILHELMY, 2003, p.280).

Os presidentes governantes após a redemocratização do Chile são pertencentes ao partido político chamado “Concertación”, que em 2010 completou trinta anos exercendo influência no congresso chileno. O objetivo central na economia estava baseado em manter a doutrina econômica, o neoliberalismo, que foi implantado ainda com Pinochet, porém a base da constituição chilena entraria em mudança para proteger os direitos do cidadão característica de um governo democrático. “A partir dos anos 90, os principais indicadores da

economia chilena começavam a apresentar resultados positivos relacionados ao crescimento econômico e a redução dos níveis de pobreza, e melhoria na distribuição de renda” (MOREL, 2008, p.72).

Capítulo 1 - Para compreender o Chile contemporâneo

1.1 - Breve Histórico do Chile independente (1818-1970)

Quando os espanhóis chegaram ao Chile, encontraram esta terra habitada por diversos povos indígenas, os quais estavam organizados sob a dominação Inca, até a região do rio Maule, no centro sul, do atual território chileno onde o domínio passava a ser do povo guerreiro Mapuche, os quais resistiram à dominação Inca e mais tarde aos espanhóis, sob um enfrentamento violento.

O primeiro europeu a pisar em terras chilenas foi o português Fernando Magalhães, em 1520, que desembarcou nas ilhas de Chiloé, chamando essa região de Tchili, nome dos índios que ali viviam e que significa “neve”.

A conquista espanhola iniciou com a entrada de Diego de Almagro em terras chilenas em 1536, em busca de metais preciosos, e durou até 1599 com a destruição dos povoados na região de Concepción, onde se dedicaram à agricultura e a exploração de minerais.

Em busca de metais preciosos, Pedro de Valdivia, com um modesto grupo de exploradores, consolida a conquista espanhola fundando a cidade de Santiago em 1542, a qual sofreu constantes ataques indígenas, principalmente *Mapuches*. Diego Barros Arana em ‘*La portada de su Historia de Chile*’ ao narrar todo o sistema do modo de vida e produção dos povos que já habitavam este território, principalmente os da tribo *Mapuches*, nos conta quão sangrenta e impiedosa se deu a conquista do território:

Os índios Mapuches que já haviam expulsado os Incas resistiram veemente a dominação espanhola. Exímios guerreiros se adequavam ao clima e conheciam perfeitamente geografia da região. Elaboraram novas estratégias de guerras usando as armas e os cavalos europeus. “Solo en la guerra demostraban cualidades superiores de inteligencia y de actividad. Sabian aprovecharse de todas las ventajas del terreno, de todos los descuidos del enemigo, de todas las circunstancias que podian serles favorables. La guerra estimulaba también su actividad. Su inercia habitual desaparecía cuando era necesario marchar sobre el enemigo y, entonces no había fatigas que no se impusiesen ni temeridad que no ejecutasen. Estas grandes dotes guerreras han hecho olvidar en cierto modo su ignorancia y sus vicios; les han conquistado una brillante página en la historia, y los han convertido en héroes de una epopeya” (ARANA, 2000, p.92)

Houve vários enfrentamentos durante o século XVI, os espanhóis conseguiram chegar até a região do *Bio-Bio*, porém a conquista do território chileno se deu paulatinamente após a sua independência.

O período colonial acaba e inicia-se o processo de emancipação do Império Espanhol com o objetivo de formar a República Independente de Chile. Isso foi possível, primeiramente, porque os rebeldes criollos destituíram o governador colonial e tomaram o controle da cidade de Santiago, criaram a Junta Nacional em 1810 a fim de gerir a estrutura político-partidária no país, delegando o poder a sete pessoas.

Inspirados pelos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, que estavam revolucionando a forma do pensamento político-econômico europeu através da Revolução Francesa e influenciados pela campanha do general José de San Martín participaram fortemente no processo de independência da Argentina e Peru. Tendo como líder das milícias chilenas Bernardo O'Higgins, os patriotas chilenos se juntaram às forças argentinas e uruguaias de San Martín, formaram o Exército de Libertação dos Andes, e marcaram com as guerras de *Chacabuco* e *Maipú*, a derrota das tropas espanholas que deixaram de ter o controle desta colônia.

O general San Martín, em sua carta a Álvarez Thomaz, descreve seus planos de avançar sobre o território chileno, uma conquista que não levaria somente tempo, como também determinação e coragem para resistirem às pressões e a tanta violência durante a tomada do poder:

La toma de este país recomendable debe prevenirse de toda probabilidad. Ella exige una fuerza imponente, espacio e tres o cuatro meses. De otro modo, el enemigo nos disputa el terreno palmo a palmo. Chile naturalmente es un castillo; la guerra puede hacerse interminable y entretanto variar el aspecto de la Europa; armas sólo que envíe la Península puede traernos consecuencias irreparables (ARCHIVO GENERAL DE LA NACIÓN, 1949).

Em 1818, o “Pai da Pátria”, como ficou conhecido, Bernardo O' Higgins, assumiu o congresso com um governo autoritário, em constante instabilidade política entre liberais e conservadores, o que o fez renunciar em 1823 sobre hostilidade popular.

Após a guerra civil de 1829, os conservadores construíram um Estado republicano, unificado, forte, presidencialista e autoritário, com a elaboração da constituição de 1833, que outorgou imensos poderes ao poder executivo. O país se estabilizou e progrediu. Institucionalizou-se e se tornou uma potência regional, principalmente após a guerra contra a Confederação Peruana-Boliviana.

A liberalização da economia na América do Sul inicia-se com os processos de independência política modificando as relações de poder econômico no período. Donghi nos fala que “De qualquer modo, não foi a guerra o único evento importante desses quinze anos: desde 1810, toda a América espanhola abriu-se completamente ao comércio exterior”

(DONGHI, 1975, p.105). O autor chega a considerar que a Argentina de Rosas é apenas um reflexo do êxito chileno no território sul-americano.

De acordo com Donghi, como o descontentamento com as políticas autoritárias de Bernardo O'Higgins eram constantes, “apareceram novas camadas dirigentes (os concessionários das minas), cuja aspiração é participar do poder, e que, para isso, travam uma luta política a partir de posições assinaladas por uma considerável força econômica” (DONGHI, 1975, p.148) que propunham novos ideais para o país:

A liberalização ligava-se, em parte, a modificações mais gerais na vida chilena: em 1831, inicia-se um período de desenvolvimento mineiro na bacia do Pequeno Norte, que faz surgir – ao lado da classe dos grandes proprietários do vale central, que governa a república conservadora e predomina desde os estilos de vida menos simples e tradicional. Até então, uma aristocracia que vivia da exportação, como era o caso da chilena, tinha sido obrigada a limitar espontaneamente – de acordo com os próprios interesses econômicos – a sua tendência ao isolamento, baseada em critérios ideológicos e religiosos (DONGHI, 1975, p.147).

Em 1851 ocorreu a inauguração da linha de trem entre *Copiapó* e *Caldera*, importante para o transporte de minerais, a qual fomentou a colonização ao sul do país, com a chegada dos primeiros colonos alemães.

Entre os anos de 1861 a 1891, a exploração de importantes jazidas de minérios de prata, cobre e salitre, proporcionou o crescimento econômico do país e o surgimento de uma nova classe dominante, oriunda dos minerais, além do mais contribuiu para a formação de um sistema mais liberal, enfraquecendo o poder do presidente, que originou o regime parlamentarista.

A boa conjuntura em que se encontrava favoreceu a exportação de minérios de ferro e cobre principalmente para a Europa. O Chile também se tornou forte exportador de cereais para os Estados Unidos, fator este que possibilitou a abertura de suas fronteiras agrícolas ao mundo consequentemente facilitou novos negócios no exterior.

Como vizinho ao norte, Peru e a leste, a Bolívia, o Chile conquistou regiões como a de Tarapacá, Antofagasta e do Atacama, que atualmente constituem parte do seu próprio território. Por causa de limites territoriais e razões econômicas sobre o imposto cobrado aos transportes ferroviários, o governo do Chile, contando com uma poderosa frota naval, reivindicou para si esta parte do território que de fato pertencia à Bolívia, motivo que a levou a declarar guerra ao Chile, interpretando tais atos como afrontas a sua soberania.

Tropas militares chilenas invadem tais territórios e põe fim a guerra, anexando os mesmos, somente anos mais tarde promulgou tratados a fim de deliberar definitivamente suas fronteiras. A vitória na Guerra do Pacífico, que durou entre 1879 e 1884 e envolveu Peru,

Bolívia e Chile, consolidou o Estado Chileno como potência militar e maior produtor de salitre do mundo, produto químico muito utilizado nas duas guerras mundiais.

Uma região muito rica em nitrato dentre outros minérios, com um clima desértico é considerado um território estratégico. Assim sendo, com apoio financeiro norte americano, britânico e francês o governo chileno fomentou as suas indústrias a se instalarem rapidamente nesses territórios pouco povoados, obtendo deste modo, o controle massivo da exploração e uso das minas de cobre e diversos minérios.

O Tratado de Paz e Amizade assinado em 1904 assinalou um conflito que revolta os Bolivianos até os dias de hoje, pois a perda daqueles territórios fez com que a Bolívia passasse a não possuir saída para o Pacífico. O governo boliviano, não aceitou tal situação e reivindicou esta questão conflituosa entre os dois países que perdura até a atualidade. O rompimento das relações diplomáticas entre Bolívia e Chile culminou em 1929 com o Tratado de Lima, no Peru, que além de pagar um montante em dinheiro cedia a região de *Arica* ao Chile.

As três próximas décadas foram marcadas por grandes instabilidades políticas, mesmo com as tentativas do presidente Arturo Alessandri Palma (1932-1938) de estimular um governo popular. Sua gestão “teve como objetivo primordial ‘administrar’ a casa, dando ênfase à reestruturação política e à recuperação econômica, aos moldes do desenvolvimento econômico observado em outros países latino-americanos” (FERNANDES, 2007, p.55).

Com a crise de 1929, a economia chilena se viu prejudicada comercialmente principalmente pela diminuição das exportações. A queda da bolsa de Nova York, uma crise de alcance internacional, teve impactos praticamente em todas as economias do mundo através de desvalorizações cambiais. Entretanto, ao longo prazo, as exportações tenderam a se normalizar, como aponta Wilson Cano:

A crise nos afetou pesadamente, reduzindo fortemente o volume das exportações, cujos preços caem em torno de 60% dos níveis de 1928. Com isso, e a drástica redução das importações, as finanças públicas foram muito afetadas, dado que a base fiscal dos estados nacionais estava lastreada nos impostos sobre o comércio exterior. A grande queda da capacidade para importar, a redução do financiamento externo e a rápida fuga de capitais externos, aprofundaram o desequilíbrio cambial. Precipitou-se assim, a queda da renda e do emprego, mais agravados nos países onde o setor da mineração era predominante (Bolívia, Chile, Peru e, em parte, o México). As reações na América Latina foram diversas (...). Acima de tudo, deram início à construção de um estado intervencionista, de uma embrionária política de desenvolvimento, da formação de quadros técnicos na burocracia estatal e do sistema de planejamento. Dessa forma, todos avançaram, industrializando e urbanizando nossos países (CANO, 2009. p.3).

Na década de 50 e 60, inicia-se na América Latina a implantação de uma estratégia de alianças multilaterais visando o desenvolvimento dos países subdesenvolvidos. Iniciativas como a ajuda da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) foram desenvolvidas, para que, pouco a pouco, adotassem uma política de substituição de importações e deixassem de depender dos produtos importados dos países industrializados.

Na Europa em 1957, através do Tratado de Roma, houve a criação da Comunidade Européia, que ao longo do tempo passou por transformações e adaptações. Tal modelo de integração acabou por incentivar seis países da América do Sul: Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Peru e Bolívia.

Em 1960, esses países assinaram e promulgaram o primeiro tratado de Montevidéu, criando a ALALC (Associação Latino-Americana de Livre Comércio) com o objetivo de através da criação de uma zona de livre comércio, integrar economicamente os mesmos.

Esses países estavam em estágios de desenvolvimento diferentes, razão pela qual o tratado foi prolongado por doze anos. Em seu primeiro momento, as mudanças efetivas foram realizadas somente em 1980 com a criação da ALADI (Associação Latino-Americana de Integração).

Mesmo com diferenças internas visíveis entre os formadores da ALADI, as ferramentas de cooperação precisavam ser definidas. “Definido o modo, a questão passou a ser como não reproduzir o modelo de dependência vigente, assim a integração seria a ferramenta ideal para levar os países latino-americanos a superar as limitações causadas pela dependência econômica” (ESTEVES, 2008, p.22).

Demétrio Magnoli, autor renomado no campo das relações internacionais conclui que o MERCOSUL foi estabelecido a partir da ALADI, já que esta, não foi capaz de cumprir com todas suas propostas iniciais:

[...] mesmo conservando o principio multilateralista de criação de um mercado comum, não estabeleceu cronogramas para a realização dessa meta. Porém, estimulava a concretização de acordos comerciais limitados e uniões aduaneiras sub-regionais. O MERCOSUL foi estabelecido no quadro jurídico da Aladi. (MAGNOLI, 2004, p.342).

1.2 – Ascensão e queda de Salvador Allende e o advento do governo de Pinochet (1970-1989)

No início dos anos setenta, o Chile vivia um momento de profundas mudanças políticas e sociais, “tanto no que se referiu à modificação intrínseca dos padrões tradicionais da diplomacia, como no abandono do modelo de desenvolvimento desde ‘*adentro*’” (FERNANDES, 2007, p.55).

De 1964 a 1970, com o governo de Eduardo Frei Montalva, iniciaram-se no Chile medidas que promoviam reformas no sistema estrutural para o país, como o processo de reforma agrária, que provocou insatisfações dos proprietários de terra.

“O projeto político central da gestão de Frei se definiu como uma ‘revolução em liberdade’, acompanhada de um processo de transformações estruturais nos moldes de uma sociedade partícipe do regime democrático” (FERNANDES, 2007, p.59).

O processo de nacionalização da extração de minérios, principal fonte de capital do país, avançou com a chamada *chilenización* do cobre (NEGRI, 2012, p. 59). Como cita o autor, o Chile se sobressaía sobre os seus países vizinhos e ao resto da América Latina em relação a vários fatores:

Gostaríamos de destacar que o Chile era o país com maior estabilidade política da América Latina, comparável apenas aos países ocidentais mais consolidados do ponto de vista político; sua população havia elegido sete presidentes da república até Allende, e o voto feminino já era exercido desde 1949. Nas eleições de 1970, o voto já era extensivo aos cidadãos de 18 anos e aos analfabetos, tudo isto garantia uma grande legitimidade ao governo da Unidade Popular (SILVA JUNIOR, 2002, p.80).

O alinhamento da política externa aos Estados Unidos se dá a fim de obter ajuda externa na parte econômica, pois Eduardo Frei ao buscar diversificar a economia do Chile procurou parcerias bilaterais e até mesmo multilaterais. Com iniciativas de cooperações através da ALALC “procurando reduzir assim, a dependência chilena em relação a Washington” (FERNANDES, 2007, p.63).

Salvador Allende Gossens fundador do Partido Socialista Chileno, inspirado pelos pensamentos de Karl Marx, candidata-se à presidência da república pelo partido *Unidad Popular* em 1970. Salvador Allende é apoiado pelos esquerdistas, eleito democraticamente presidente da República do Chile com um programa e idéias de cunho social de autonomia política e econômica. “No Chile, a busca pelo desenvolvimento econômico esteve presente nas gestões de Eduardo Frei e de Salvador Allende, ainda que por vias distintas” (FERNANDES, 2007, p.95).

Ele propunha o fim da dependência internacional pelas vias do socialismo. Com promessas de lutar para uma sociedade mais igualitária e justa, onde os cidadãos tivessem acesso a boas condições de vida, através da melhoria do sistema público de saúde e educação, da nacionalização dos bancos privados chilenos e do cobre, principal produto de exportação chileno. “No plano internacional o triunfo de Allende possibilitou o surgimento de um poderoso precedente: a capacidade de que na América Latina e na Europa Ocidental (França e Itália), os grupos marxistas pudessem alcançar o poder por via eleitoral” (FERNANDES, 2007, p.70).

Assim sendo, Salvador Allende ao estatizar a economia, cada vez mais pretendia conseguir outro tipo de independência, através de uma distribuição de renda mais justa e igualitária, explica Javier Pinedo:

Durante el gobierno de la Unidad Popular (1970-1973), el concepto fue usado explícitamente por el Presidente Allende, en los términos señalados: liberarse del imperialismo norteamericano, para lograr una segunda independencia, esta vez “económica”, que permitiera eliminar la pobreza, la cesantía, la mala distribución de la tierra, y construir un mundo más justo, em unión con los países subdesarrollados del mundo (PINEDO, 2010, p.165).

O governo de Salvador Allende adotou as mesmas linhas da política externa que seu antecessor, Eduardo Frei Montalva, que acreditava no ideal de participação popular. Medidas administrativas de caráter político, econômico e cultural deveriam ser tomadas para melhorar a vida dos chilenos de classe baixa, tais medidas seriam, por exemplo:

[...] o reajuste de salários, congelamento dos preços de artigos de primeira necessidade, construção de casas populares, controle da inflação, estímulo à produção, melhoria do serviço de saúde, distribuição de leite, criação do sistema único de previdência, aprofundamento da reforma agrária, nacionalização do cobre, salitre e carvão, estatização das indústrias de aço, cimento, telefonia e dos bancos (NEGRI, 2012, p. 56).

Durante três anos de permanência no poder de 1970 a 1973 Salvador Allende passou a enfrentar o congresso com apoio popular e da *UP* (Unidade Popular). A adoção de tais medidas que geraram a oposição do partido *democrata-cristão*, direitistas e provocaram a fúria na maioria da classe média chilena. Foram muitas as reformas e desapropriações feitas no setor industrial, houve até mesmo nacionalizações das minas de cobre, que eram exploradas por grandes empresas norte-americanas:

A ação norte-americana foi particularmente significativa e buscou, pelos mais diversos meios e usando diferentes instrumentos, primeiramente obstruir a chegada de Salvador Allende e, depois, seu programa governamental. O denominado bloqueio invisível afetou de maneira estrutural a economia chilena. A ele se somaram os incrementos de demanda por acesso à propriedade dos recursos através do País. Os processos de nacionalizações e estatizações, juntamente com o bloqueio, produziram uma situação de crise econômica, à partir de 1972, que dificultava a governabilidade, no âmbito político, e o desenvolvimento da produção nacional, em um contexto de hiperinflação (ROJAS ARAVENA, 1997, p.57).

Com as greves dos comerciantes, caminhoneiros, médicos, funcionários bancários e as manifestações dos trabalhadores das minas de Cobre, indústrias e fábricas de quase todos os setores da economia fecharam ou foram à falência.

A CUT (Central Única de trabalhadores) que comandava a frequência dos mineiros e classe trabalhadora, por meses, *“dependían de sus partidos políticos, especialmente los comunistas y socialistas, para atraer el apoyo del gobierno para obtener mejores remuneraciones, condiciones de trabajo y concesiones del sector privado”* (DRAKE, 2003, p.149).

O nome de Salvador Allende tornou-se aclamado nas principais avenidas de Santiago, onde se ouviam gritos de: “*Allende, Allende el pueblo te defiende*”. Durante seu mandato, não teve apoio político da classe média para seguir seus ideais, por isso, sofreu várias tensões internas e externas.

No plano interno, conseguir o apoio dos outros partidos de oposição, como o *PDC* (Partido Democrata Cristão) foi algo impossível, já que estes tem uma representação maior e mais complexa, isto é, o plano da elite econômica nacional e do governo dos Estados Unidos a nível internacional. “A campanha contra os socialistas unia a CIA, os grupos civis conservadores, e as grandes empresas transnacionais” (SILVA JUNIOR, 2002, p.79).

Aos poucos, começou uma crise de abastecimento na cidade de Santiago. A greve do transporte público em 1971 parou a entrega de alimentos que fez com que a população se organizasse para improvisar a distribuição de alimentos às famílias de cada bairro.

Uma geração de escritores e intelectuais que eram adeptos do movimento esquerdista, “*por primera vez plantearon, desde las ciencias sociales, la necesidad de superar los límites del Estado Nación y pensar a América Latina integrada, y de ese modo independiente, de los grandes poderes centrales*” (PINEDO, 2010, p.169).

Um dos temas principais do governo de Salvador Allende, que teve impacto significativo nas relações hemisféricas e internacionais, foi à reaproximação chilena com países que tinham governos ou tendências socialistas.

O governo de Salvador Allende pautou seu governo pelo respeito aos princípios internacionais, a busca da manutenção da paz e pela universalização das relações diplomáticas. A defesa do princípio da autodeterminação dos povos e da não intervenção, entre outros, tinha como objetivo de se defender do risco de intervenção norte americana, tal como explica Rojas Avarena:

A reafirmação dos princípios tradicionais de respeito à soberania, autodeterminação, paz e cooperação internacional, a universalização das relações internacionais e a igualdade jurídica dos Estados possibilitaram abrir relações diplomáticas com Cuba, República Popular da China, Coreia do Norte, Vietnã do Norte, República Democrática Alemã, Nigéria e outros países do denominado campo socialista (ROJAS ARAVENA, 1997, p. 56).

Em novembro de 1971, para aumentar ainda mais as tensões ideológicas, “Fidel Castro foi convidado pelo governo da *UP* para uma visita oficial de 10 dias (...)” (AGGIO, 2003. P. 152) no território chileno.

Ao visitar o Chile de norte a sul, Fidel Castro estabeleceu contato direto com o povo que o escutava em seu discurso. Falou aos estudantes com o intuito de estimular a busca de

uma estrutura de governo mais igualitário que envolvesse ações em prol da melhoria da educação.

Tal visita acirrou ainda mais a idéia da oposição contra o governo de Salvador Allende, com suposições de que movimentos de organizações fascistas estavam por toda parte no Chile. De acordo com o autor, o convite feito a Fidel Castro para o Chile teve motivos políticos:

Evidentemente que a vinda de Fidel Castro havia sido pensada naquele momento como mais uma forma de fortalecer o governo da Unidade Popular, depois de este ter alcançado mais de 50% dos votos dos eleitores chilenos nas eleições municipais de abril de 1971 (AGGIO, 2003, p. 154).

As tensões que já existiam se acentuaram, dificultando a convivência política entre as diferentes forças presentes na sociedade chilena.

Os Estados Unidos desestabilizaram a economia chilena por meio de um boicote ao cobre proveniente desse país. Governos militares espalharam-se por toda a América Latina na década anterior, e no Chile a ditadura militar ainda estava por vir.

Com o apoio da Junta militar, o golpe foi dado e os militares tomaram o poder. Após tomarem o poder em *La Moneda*, em Santiago, no dia 11 de setembro de 1973, os militares decretaram estado de sítio e declararam Augusto Pinochet como presidente (CHILE, 1974). Salvador Allende se suicida.

Pinochet pôs em prática idéias neoliberais e extinguiu partidos políticos, com exceção do partido nacional. O golpe militar que derrubou Salvador Allende foi um acontecimento de forte simbolismo, pois se tratava de um governo de esquerda, eleito democraticamente e deposto pelos militares chilenos com o apoio dos EUA. Após o Golpe Militar, o discurso oficial enfatizava a ameaça comunista e a necessidade de reprimi-la (KRETER, 1997. P.34).

Dentro desse quadro de períodos, a ditadura militar no Chile ocorreu nos anos 70, no âmbito do Estado Desenvolvimentista, e retirou o país dos moldes socialistas do governo anterior de Salvador Allende.

Criou-se a Junta Militar e o Comitê de Assessores da Junta (COAJ), que “a partir de março de 1974, o COAJ orientou seus trabalhos, a despeito dos atritos internos entre os generais, para a consecução de uma forma de organização que permitisse centralizar o poder, obviamente, nas mãos de Pinochet” (ALCAZAR GARRIDO, 2000, p. 127).

O regime instaurado por Pinochet introduziu uma série de medidas econômicas de caráter liberal que abriram a economia chilena ao exterior e atraíram investimentos estrangeiros. O processo de abertura chilena ficou marcado pelo pioneirismo na adoção desta estratégia de desenvolvimento como o autor ressalta:

O golpe militar no Chile foi, certamente, o marco para todo um processo de reestruturação econômica que, a longo prazo, resultaram em um país fortemente influenciado pelo pensamento neoliberal e que relegou ao setor privado a maior parte das atividades econômicas (KRETER, 1997, p.15).

O partido *Democrata Cristão* (DC) chegou a colaborar para o início do regime militar orientando a sua estratégia econômica para seguir os rumos capitalistas de mercado. Os *Chicago Boys*, como ficaram conhecidos os economistas que foram estudar o pensamento de Milton Friedman nos Estados Unidos, elaboraram um programa caracterizado por um conjunto de medidas caráter neoliberal para estabelecer o equilíbrio econômico na região sul-americana.

As privatizações das empresas estatais e a abertura do mercado de capitais foram decorrentes da reforma de abertura de mercado, como o autor explica:

[...] en síntesis, en materia económica el neoliberalismo postula la propiedad privada individual, la reducción del tamaño e intervención del Estado, la privatización y descentralización de la actividad económica y social, y un rol preponderante del mercado libre de distorsiones e interferencias, en todas las actividades humanas (DÉLANO, 1955 p.18).

Esses economistas voltaram ao Chile em um momento de profunda instabilidade política e econômica, marcado pela alta inflação, e retomaram o apoio dos empresários, que no governo anterior perderam os meios de produção, os quais haviam sido estatizados. “*El primer periodo del gobierno militar estuvo económicamente orientado por la lucha contra la inflación, el déficit fiscal y el restablecimiento de los equilibrios básicos*” (DÉLANO, 1955. p.43).

Ao adotar medidas drásticas para estabilizar o país de acordo com o mercado, os *Chicago Boys*, propunham a diminuição dos gastos públicos, a demissão de funcionários. O aumento do número de desempregados no país fez com que o PIB decaísse muito em 1974. Somente em 1977 a economia se estabilizou, situação que ficou conhecida como o “Milagre Chileno”.

No início da década de 80, uma nova constituição chilena, aprovada em um plebiscito nacional, permitiu que Augusto Pinochet ficasse no poder até 1989 e ofereceu ao poder executivo amplos poderes políticos. Nos anos que se seguiram, na segunda fase de seu governo, a experiência de práticas violentas com uma livre economia, de acordo com o autor, foi responsável por gerar instabilidades financeiras no período:

[...] los principios de una economía libre con las practicas represivas de un regimen de fuerza, provocó incluso la critica de Milton Friedman quien con ocasión de la crisis de 1982-83, sentenció que el régimen autoritário terminaria por asfixiar la libertad económica (DÉLANO, 1955, p.21).

Ao manter a população sob uma violação constante dos direitos humanos, sob um regime limitado do poder executivo o acesso dos chilenos à cultura, à música e a liberdade de expressão foi restringido.

Pessoas sumiam repentinamente, os grandes estádios de futebol eram usados como campos de prisioneiros políticos, corpos eram lançados ao mar ou aos rios que cruzavam as cidades.

O governo militar chileno tendo como justificativa a luta contra o socialismo, atuava de maneira extremamente repressiva e bruta, eram efetuadas prisões de quem ajudasse e colaborasse para que tais pensamentos existissem, retirava-se informações através de torturas contra homens e mulheres, para que a partir daí novos rebeldes fossem encontrados. Verónica Ortiz de Zárate relata sobre as repressões abusivas do governo de Pinochet:

La represión organizada institucionalmente buscaba detener la influencia de las corrientes socialistas, a través de la práctica de la tortura, el asesinato, la desaparición forzada de personas y la guerra psicológica, paralizando a la población, y no a través de políticas cooptativas (ORTIZ DE ZÁRATE, 2010, p.172).

O período de 1982 a 1985 foi caracterizado por intensa instabilidade econômica, principalmente pela insatisfação popular e uma consciência internacional que ansiava pela volta da democracia ao Chile. Com a adoção de políticas públicas de inserção no contexto internacional, a economia chilena tomava novos rumos a partir do fomento às exportações de produtos primários típicos e abundantes no país, como frutas e peixes mandados para os Estados Unidos e Europa. Com o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) já em 1988, equilibraram-se os efeitos da crise anterior. Particularmente, o autor define as condições econômicas favoráveis no período:

As condições externas favoráveis colaboraram muito para a recuperação da economia chilena. Nesse sentido, cabe ressaltar a melhora significativa nos termos de troca com a elevação do preço do cobre, principal produto de exportação chileno, que gerou uma receita importantíssima para o governo e ajudou a equilibrar as contas públicas e o balanço de pagamentos (ROMANO, 2008, p.12).

O final da década de 80 foi caracterizado como a “década perdida”. Os Estados da América Latina encontravam – se em um intenso colapso na conjuntura interna representada pela estagnação da economia. Ao contrário do que vários autores demonstram, essa década pode ter sido considerada difícil e realmente perdida para alguns países da América Latina, mas não para o Chile, *“For Chile, the 1980s was not a “lost decade” as it was in most of Latin America”* (GALLEGO, 2001, p.25).

Na verdade o Chile, logo após a crise, por ter uma economia de mercado aberta, não teve uma década de toda assim perdida devido às medidas econômicas tomadas, que ajudaram

a contornar tal situação, pois apesar de seu tamanho territorial reduzido, trata-se de um país com uma economia bastante integrada e diversificada.

O fim da ditadura veio em 1989, após uma série de negociações com os militares que desejavam continuar a exercer seu poder político, para isso se opuseram a aceitar mudanças na Constituição, assim a mesma continuaria a beneficiá-los. Posteriormente ocorreu o plebiscito “Não”, no qual os cidadãos determinaram um ponto final para o regime ditatorial de Augusto Pinochet.

Novas eleições livres foram propostas para escolher o novo Presidente da República, realizaram-se no dia 14 de Dezembro, venceu o candidato do partido *Democracia Cristã*, Patricio Aylwin, com 53,8% dos votos.

Os governos que vieram após a ditadura de Pinochet se caracterizaram pelo retorno da democracia, alavancaram medidas que proporcionaram uma maior estabilidade financeira e política ao país, característica fundamental do governo de Patricio Aylwin (1990-1994), eleito democraticamente.

Dá-se início ao processo de transição democrática de um neoliberalismo para um liberalismo democrático, apoiados pelo *Partido La Concertación*. Com uma estratégia de alianças políticas, integrados por quatro partidos: o Partido *Demócrata Cristiano*, *Partido por la Democracia*, *Partido Radical Social Demócrata* e *Partido Socialista*, a favor de políticas sociais mais eficazes além de organizar e fortalecer a segurança dos trabalhadores através dos sindicatos.

CAPITULO 2 – Política Externa chilena na transição democrática

2.1 - Patricio Aylwin e a diplomacia de reinserção

Os governos que vieram após a ditadura de Pinochet se caracterizaram pelo retorno à democracia, alavancando medidas que proporcionassem uma maior estabilidade financeira e social ao país, característica fundamental do governo de Patricio Aylwin (1990-1994).

Eleito democraticamente, Aylwin dá início ao processo de transição para um liberalismo democrático, apoiado pelo *Partido La Concertación*, com uma estratégia de alianças políticas a favor de políticas sociais mais eficazes, além de organizar e fortalecer a segurança dos trabalhadores através dos sindicatos.

A ajuda financeira do governo norte-americano e o financiamento aos países sul-americanos que haviam passado pelo regime militar contribuíram para que a situação financeira internacional pudesse se estabilizar, como cita o autor:

Inclusive se reconhece que um dos motivos para o bem-sucedido desempenho da economia do Chile a partir da década de 1990 comparativamente, sobretudo, aos outros países latino-americanos, tem sido a capacidade das autoridades chilenas de adaptar sua política macroeconômica ao contexto econômico internacional e aos ciclos econômicos do país (ROMANO, 2008, p.6).

Após o período chamado de “milagre chileno” pelos defensores do neoliberalismo, o governo chileno passou por transformações acentuadas na redemocratização, como se observa:

Após a redemocratização, em 1990, o Chile empenhou-se tarefa de se reinserir no cenário internacional. Para tanto, desde cedo à diplomacia definiu o espaço regional sul-americano como ponto de partida, pondo em prática o conceito de *regionalismo aberto* (PINHEIRO, 2007, p.151).

A nova administração democrata ainda com problemas herdados do governo anterior, optou pela adoção de uma política exterior voltada para a inserção internacional do Chile, entretanto não desconsiderava o âmbito do Cone Sul. Buscava por acordos de cooperações multilaterais e “*desarrollaba la estrategia de participación intensa en todas las instancias multilaterales de tipo latinoamericano. Su expresión máxima fue el ingreso como ‘miembro asociado’ a Mercosur en 1996*” (FERMANDOIS, 2011, p.96).

O principal dilema do governo “*quedó el problema político de definir en qué consistía la estrategia internacional del país*” (FERMANDOIS, 2011, p.96). Tal problema foi solucionado por si só, pois os partidos políticos tiveram que entrar em consenso sobre as ações a serem tomadas a fim de permitir uma maior estabilidade durante o processo de transição.

A principal saída encontrada foi a busca constante para a liberalização da economia através de acordos de cooperação econômicos ou sociais, bilaterais ou multilaterais, iniciativas estas que colocam fim ao seu isolamento econômico, sendo o principal diferencial da política do presidente Aylwin:

Desde 1990, sin embargo, el gobierno democrático del presidente Patricio Aylwin no solo ratificó las políticas de libre mercado, sino que profundizó muchas de ellas, incluyendo la apertura económica. Al mismo tiempo, la administración Aylwin aumentó el gasto social y enfatizó las políticas anti-pobreza, dándole legitimidad a las reformas. Todo ello contribuyó a que el caso chileno se transformara en un referente sobre el tipo de orientación económica a seguir, y sirviera como guía a los países que emprendían el proceso de modernización (EDWARDS, 2013, p.82).

A formulação da estratégia da integração econômica e a proposta de um livre comércio entre América do Norte e América do Sul, ou seja, desde o ártico até o polo sul, a “Iniciativa para as Américas”, é explicada como: “*Sin embargo, a dos años deformulada, hay que señalar con claridad que la Iniciativa no logro transformar se em um eje de articulación de las políticas de Washington hacia América Latina*” (ROJAS, 1992, p.106).

No plano econômico o país alcançou determinado entrelaçamento com os Estados Unidos que lhe permitiu ser reconhecido na comunidade internacional. Através de políticas sociais, Patricio Aylwin conseguiu a diminuição da pobreza em seu mandato. O êxito do primeiro governo da *Concertación* se refletiu nos índices de crescimento econômico mantendo uma alta média e a boa imagem do país ante a sociedade internacional. Tal cenário levou a sociedade chilena a um clima de triunfalismo (KRETER, 2006, p. 81).

Com ênfase nas relações de cooperação econômica promoveu logo depois a sua entrada ao NAFTA, área de livre comércio entre Estados Unidos, Canadá e México o que permitiu ao Chile se vincular ainda mais como parceiro aliado norte-americano, realinhando sua política exterior.

Tratava-se ao mesmo tempo de negociar com a China, através do bilateralismo ou então multilateral com o APEC (Cooperação Econômica da Ásia-Pacífico), com inúmeras visitas a fim de consolidar as oportunidades de negócios entre eles. Segundo o autor Abraham Quezada:

Una de las mayores novedades fue la política de internacionalización de la economía llamada de Regionalismo Abierto, unos de los pilares fundamentales de la apertura de Chile al mundo, consistente en una estrategia de apertura unilateral, negociaciones comerciales multilaterales y apertura negociada a nivel bilateral y regional. Los ejes articuladores de ese nuevo estilo de inserción rápidamente pasaron a ser la concertación política y la profundización de la integración económico-comercial. De alguna forma la democracia recién inaugurada, sin dismantelar las reformas económicas impuestas por el régimen militar, incorporaba como novedad, después de casi dos décadas de aislamiento, la reinsertión positiva de Chile en el escenario global (QUEZADA, 2010, p.121).

Tratando de dar suporte às famílias dos milhares de vítimas após o governo Pinochet, foi instaurada uma Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação com o intuito de esclarecer as denúncias sobre as violações de direitos humanos, ocorridas entre o 11 de setembro de 1973 a 11 de março de 1990 conforme o decreto do artigo primeiro da lei 355:

Créase una Comisión de Verdad y Reconciliación que tendrá como objeto contribuir al esclarecimiento global de la verdad sobre las más graves violaciones a los derechos humanos cometidas em los últimos años, sea en el país o en el extranjero, si estas ultimas tienen relación con el Estado de Chile o con la vida política nacional, com el fin de colaborar a la reconciliación de todos los chilenos y sin perjuicio de los procedimientos judiciales a que puedan dar lugar a tales hechos (CHILE, 1990).

O país mudou seu rumo, passou a conduzir democraticamente sua nação e seu povo, cujo regime de governo é considerado participativo e transparente, onde é direito do cidadão participar das escolhas e o papel das leis é proteger e manter a ordem no Estado. Entretanto, as leis chilenas após a transição ainda precisavam ser modificadas e sua constituição reformulada.

“El 14 de julio de 1989, la Junta de Gobierno aprueba las reformas al texto constitucional de 1980 y se convoca a plebiscito para el domingo 30 de julio de 1989, para que la ciudadanía se pronuncie aprobando o rechazando las reformas” (NOGUEIRA ALCALA, 2008, p.333).

Para concretizarem mudanças na Constituição, o projeto de reforma passaria por um plebiscito, no qual a população chilena decidiria o futuro das modificações das leis do país. *“Así las negociaciones concluyen con reforma constitucional que posibilita el tránsito del autoritarismo militar a un gobierno democrático, con un marco constitucional con fuertes enclaves autoritarios” (NOGUEIRA ALCALA, 2008, p.333).*

A luta dos próximos presidentes do partido *Concertación* girou principalmente em torno de modificar as leis municipais e nacionais para a maximização do bem comum, de forma a atender a necessidade do ente coletivo e a constituição *“(…) solo será un orden duradero y estable en la medida que promueva la unidad y la integración de todos los sectores que forman parte de la sociedad política, debiendo reconstruir permanentemente dicha unidad e integración” (NOGUEIRA ALCALA, 2008, p.335).*

O processo de mudanças na Constituição é complexo por exigir acordos políticos desde sua aprovação até a ratificação, *“Dichas reformas han sido el producto de un largo y complejo proceso de negociaciones entre el gobierno y la oposición que se prolongaron desde el inicio mismo de los gobiernos democráticos hasta agosto de 2005” (NOGUEIRA ALCALA, 2008, p.335).*

Com perspectivas de mudanças para o futuro, Humberto Nogueira Alcalá conclui seu artigo considerando que a transição democrática chilena de Augusto Pinochet para a gestão do presidente Patricio Aylwin gerou também uma mudança no processo de reformas constitucionais. Tal processo evoluiu ao longo do tempo com mudanças ocorridas na gestão dos próximos governantes chilenos como afirma o autor:

Chile ha recuperado un régimen constitucional democrático, eliminando los últimos enclaves autoritarios con la reforma constitucional de 2005. Uno de los aspectos que genera aún un fuerte debate es la modificación del sistema electoral binominal, sin que hasta ahora se haya producido el necesario consenso para su modificación (NOGUEIRA ALCALA, 2008, p.367).

2.2 – Eduardo Frei

O segundo presidente após a transição para a democracia no Chile, foi Eduardo Frei Ruiz-Tagle (1994-2000), do partido *Concertación*, que continuou com a política externa do governo passado e aprofundou a política de inserção internacional, anteriormente estabelecida, através de uma política externa voltada para o “*Desarrollo de la diplomacia*”.

Iniciou-se o desenvolvimento de uma política diplomática e pacífica voltada para a manutenção de uma ordem global de maneira a respeitar os direitos humanos, com a intenção de construir uma nova imagem de sua política exterior, “O novo perfil internacional do País está caracterizado, a meu ver, por três ênfases: a democracia, a modernização e o pluralismo” (ROJAS, 1997, p.64).

O país firmou vários acordos econômicos internacionais, tratados de livre comércio com Canadá, México e países da América Central, tornou-se membro adjunto da Organização Mundial de Comércio e da Cooperação Econômica da Ásia e do Pacífico (APEC).

Com o fomento das exportações houve o aumento do produto interno bruto, a crescente capacidade de poder aquisitivo e a conseqüente melhora da qualidade de vida dos cidadãos. Além de investimentos em tecnologias avançadas, a partir desses acordos comerciais foram geradas inúmeras oportunidades de fazer o país crescer em bases sólidas na democracia, o que forneceu ao governo, respeito social em esfera internacional.

Por isso, o governo Frei Ruiz-Tagle deu continuidade a esses desejos do povo chileno em se tornarem uma potência respeitada:

Os eixos centrais em torno dos quais se organiza a projeção internacional da administração Frei são: i) o desenvolvimento de uma política econômica internacional que mantenha e fortaleça a abertura externa, sirva de apoio ao crescimento e proteja nossa autonomia nacional; ii) o fortalecimento da democracia e o impulso à integração e cooperação regional e sub-regional na América Latina; iii) a contribuição para a criação de uma ordem internacional segura e estável. (ROJAS, 1997, p.63).

Nesse contexto, o Chile se tornou membro-associado do MERCOSUL, processo este que intensificou sua integração com os países vizinhos, quando entrou em vigor o Acordo de Complementação Econômica nº. 35 (ACE-35), firmado na Argentina em junho de 1996, com o objetivo de estabelecer uma área de livre comércio entre as partes. Foi criado um espaço econômico amplo para facilitar, sobretudo, a circulação de bens e produtos e gradualmente aumentasse a cooperação econômica, energética, científica e tecnológica, além da plena utilização dos fatores produtivos entre os signatários do tratado.

Ao cooperar com outros países da América do Sul, o Chile não deixou de lado seu alinhamento com as políticas da América do Norte, “A proposta de integração ao MERCOSUL não significou uma mudança na prioridade da política do Chile em seu objetivo de aderir ao NAFTA – ou um acordo comercial com os EE.UU” (KRETER, 2006, p.168).

No governo de Eduardo Frei, inicia-se o processo de julgamento contra o ex-general Augusto Pinochet pelos crimes e delitos cometidos durante a ditadura. Pinochet foi processado por genocídio e crimes contra a humanidade, acusado pela responsabilidade de comandar as operações da Caravana da Morte, Operação Colombo e Operação Condor na América do Sul, movimentos políticos militares criados para coordenarem a repressão aos manifestantes e opositores da ditadura. “Em 1995 começaram os preparativos para elaborar um tratado que concretizasse a vontade de classificar os crimes de direito internacional e criar um Tribunal Penal Internacional permanente para julgá-los” (GUEMBE, 2005, p.124).

Em Londres, Augusto Pinochet continuou seu processo de julgamento. Ao ser declarado mentalmente incapaz, obteve imunidade. Tentou ser extraditado para a Espanha, entretanto regressou ao Chile. Seu julgamento terminou sem um veredito final, pois Augusto Pinochet morreu em 2006, com problemas de saúde já no governo de Michelle Bachelet. A autora ressalta:

De qualquer forma, a despeito das diferenças nas concepções sobre a experiência pretérita da ditadura e das diferentes reações que daí emergiram, com a morte de Pinochet, o passado invadiu o presente dos chilenos convocando-os a se manifestarem a respeito desse tempo e tudo o que ele carregava (CASPIRANO, 2008, p.163).

A promoção da democracia e de movimentos sociais favoreceu a igualdade e a legitimidade entre os cidadãos. Crimes como os ocorridos na década de 80, no Chile, são muito recentes e a resolução de propostas concretas que forneçam a garantia de que o povo chileno está protegido pela a Constituição Internacional é questionável.

A legitimidade da democracia estava posto à prova, as famílias das vítimas da repressão do governo de Augusto Pinochet pedia que a justiça fosse feita. Há uma

comunidade internacional com vontade de analisar a forma como a justiça chilena tratou o caso do ex general:

[...] *el caso Pinochet se convirtió en un tema difícil para nuestra diplomacia pues involucraba costos de legitimidad e imagen internacional que, por suerte, fueron rápidamente superados tras la comprensión de la comunidad mundial acerca de las complejidades del proceso de transición democrática que vivía el país* (FUENTES, 2009, p.133).

2.3 – Ricardo Lagos

O terceiro presidente após a transição para a democracia no Chile foi do partido *Concertación*, Ricardo Lagos (2000-2006). Com propostas centrais para a diminuição da desigualdade no país, propunha melhorias no sistema educacional básico e superior, principalmente, “*El cosmopolitismo de Lagos penetró su visión de la política exterior, considerada un instrumento esencial para la ejecución de su programa de gobierno guiado por los objetivos del desarrollo nacional y de consolidación de la inserción internacional*” (GÖTZ, 2011, p.12).

Propôs tirar famílias do nível de pobreza através de programas sociais, como o Chile Solidário e serviços de assistência social a população. Assim como, aprimorou e inovou o sistema de transporte e condução da cidade de Santiago, com a implementação de novas linhas de ônibus e metrô da rede *Transantiago*. Para a autora Edith Orellana León:

Havia a percepção de que o crescimento econômico não iria se sustentar apenas com empregos de baixa qualificação, isto é, que sem melhores condições de trabalho não iria ser reduzida a desigualdade social existente no Chile. Os compromissos de campanha de candidatura Lagos eram amplos, para atrair diversas camadas da população. Além das exigências em matérias de saúde e educação, havia a proteção da família, mais segurança, integração da mulher, cuidado com o meio ambiente, humanização das cidades, descentralização administrativa, desenvolvimento da cultura livre, maior participação e, principalmente um crescimento econômico que crie mais e melhores empregos (ORELLANA, 2012, p.50).

“*Para Crecer con igualdad*” foi o lema do governo Lagos, pois ao longo dos seis anos propôs reformas e melhorias na política interna do país, necessárias para aumentar o nível de vida dos chilenos. “O período de 2000/2006 correspondeu a uma continuação do governo Pinochet, em termos das reformas liberalizantes; entretanto, com outro enfoque político, ou seja, com a consolidação da democracia” (MOREL, 2008, p.81).

Ricardo Lagos obteve resultados significativos com relação às mudanças da Constituição chilena, conforme afirma o autor:

Em seu governo Ricardo Lagos se empenha em enfrentar as mudanças na Constituição Chilena, responsável por algumas de suas reformas no processo penal. Seu governo é caracterizado assim por Flávio Leão Pinheiros: “Nos primeiros anos de mandato do socialista Ricardo Lagos na presidência, não se sabia, ao certo, se o governo seria capaz de consolidar a agenda política da incompleta transição

democrática em razão do cenário político desfavorável do período e da crise econômica que afetou o país” (PINHEIROS, 2007, p.144-145).

Desde o governo de Frei Ruiz-Tagle até o governo de Ricardo Lagos, vários acordos comerciais estavam sendo firmados com diversos países, aumentando o rol de atores nacionais que mantinham relações econômicas bilaterais com o Chile.

A União Européia (UE), a partir do acordo de Associação Política e Econômica de 2002, estabeleceu o aumento do comércio nas áreas tecnológicas, de inovação, comerciais, de mineração e de serviços. Apesar de tal aprofundamento nas relações de acordos bilaterais, Quezada identifica os principais aspectos desta cooperação:

La integración económica con Europa, se consolidó a partir de la firma en 2002 del Acuerdo de Asociación Política y Económica con la Unión Europea, que buscó no sólo el fortalecimiento del diálogo político y la cooperación en un sentido amplio, sino también la mejora de los intercambios económico-comerciales (QUEZADA, 2010, p.130).

Outro evento que permite ressaltar que o Chile se tornara um Estado livre e independente foi quando o Ministério de Relações Exteriores opta e apoia a não intervenção dos Estados Unidos no Iraque “*por considerar que violaba los principios de la Carta de las Naciones Unidas*” (COLACRAI; LORENZINI, 2005, p.59).

No mesmo ano, em outubro, vieram as práticas de colaboração com a Bolívia. Ao usar de uma diplomacia pacífica, o Chile evitou mais atritos entre os dois países permitindo “*que Bolivia exporte gás por los puertos chilenos*” (COLACRAI; LORENZINI, 2005, p.54).

Com a política do regionalismo aberto a tendência era aumentar os processos de integração dentro do continente sul-americano. No governo de Ricardo Lagos a política externa chilena voltou-se para uma maior inserção mundial, portanto, “*El éxito de este accionar se articuló, además, con el propósito de ejercer un reciente y activo liderazgo en el entorno latinoamericano, a partir de actuaciones icónicas en el concierto internacional*” (GÖTZ, 2011, p.7).

Sobre a política externa, Shirley Götz Betancourt destaca que o Chile direcionou seu foco político para as potências extra regionais, fora do continente sul americano. E através de acordos e tratados com a União Européia, Estados Unidos desarticulou o processo de integração com a América do Sul. Tal desarticulação é gerada pelos próprios rumos tomados pela política externa chilena, como explicada:

Fue así como la orientación de la política exterior del período resultó funcional al origen del desacoplamiento regional de la política exterior chilena, entre los años 2000 y 2006, producto de la divergencia que se produjo entre el modelo de relacionamiento internacional chileno, fundado en su estabilidad democrática y su estrategia de inserción comercial y los procesos que tuvieron lugar en Latinoamérica durante el período, representados por los crisis de la economías emergentes, por la inestabilidad política regional y por los nuevos escenarios estratégicos asociados a la nueva diplomacia del gas (GÖTZ, 2011, p.12).

Em seguida, Shirley Götz segue com suas preposições para corrigir o problema apresentado em seu artigo: *“La convergencia entre democratización política y apertura externa en Chile y los países de la región debían ser, bajo su visión estratégica, catalizador de un nuevo proceso que fortaleciera la integración económica, frente a la profundización de vínculos económicos a nivel mundial”* (GÖTZ, 2011, p.7).

No campo da política interna do país, devido a toda a burocracia em um sistema constitucional, todavia em mudanças, reformas no cerne da Constituição eram extremamente difíceis de serem conduzidas, leis dependiam da aprovação do Congresso, implicitamente eram mantidos os chefes das forças armadas com cargos importantes, o que dificultava o processo de mudança no país. Em 2002, Augusto Pinochet renuncia o cargo de senador vitalício e outros senadores anteriormente designados para exercerem funções de alto cargo.

A partir do final de 2004, consideráveis mudanças na Constituição foram realizadas, de modo que a transparência e a democracia geraram alterações, sentidas na prática. Já em clima eleitoral, o país se preparava com grande euforia para a nova disputa presidencial, a partir da qual eram esperadas novas reformas.

Os chilenos precisavam de um líder carismático, um governante que mostrasse interesse por proteger e defender os objetivos socioeconômicos do país, tal interpretação de toda expectativa dos eleitores chilenos se confirma com a afirmação da autora:

Para efeitos de campanha eleitoral, isto foi um grande passo a frente, integrar mulheres no mundo laboral e reconhecê-las como pessoas. Acreditamos que já se estava preparando o governo para uma representante feminina, e que na verdade a candidata da Concertación e de Ricardo Lagos era Soledad Alvear (DC), pelo o apoio prestado no segundo turno da eleição de 1999, mas as pesquisas e a conjuntura de 2005 levaram a outra escolha: Michelle Bachelet, que tinha uma história pessoal que a aproximava mais das pessoas (ORELLANA, 2012, p.51).

2.4 – Michelle Bachelet

Michelle Bachelet Jeria, médica pediatra, que havia entrado na política ocupando cargos como Ministra da Defesa Nacional e Ministra da Saúde, com amplo apoio popular, foi a primeira mulher a assumir a presidência chilena. Tendo governado no período de 2006 a 2010, Michelle Bachelet entendia que havia muito por ser feito e a ser trabalhado pela melhoria do sistema estatal de saúde pública, social, e econômica do país.

A eleição de Michelle Bachelet representou *“una renovación de la política chilena, no sólo por ser éste el primer gobierno en ser encabezado por una mujer, sino porque tenía a su*

haber un estilo político alejado de las formas tradicionales de la política chilena(..)” (GÖTZ, 2011, p.12).

Michelle Bachelet foi a quarta presidente do governo da coalizão *Concertación de Partidos por la Democracia*. Este partido se manteve no poder por dezesseis anos, desde 1990, com Patrício Aylwin que presidiu o momento da transição democrática, logo em seguida, Eduardo Frei Ruiz-Tagle, que estreitou laços comerciais com novos países, em março de 2000, Ricardo Lagos Escobar, economista e advogado, que firmou tratados de livre comércio com Estados Unidos, China e União Européia durante seu mandato.

As estratégias de política externa dos presidentes eleitos de 1990-2010 são de caráter contínuo. Durante esse período, tais políticas dependeram da capacidade de liderança dos governos e as construções de cooperações políticas e acordos comerciais:

En lo que respecta a la orientación del régimen se puede establecer que, desde el proceso de Transición, Chile asentó las bases para el funcionamiento de su régimen político democrático y cimentó un modelo de desarrollo económico de orientación neoliberal, pilares sobre los cuales se dotó de continuidad a la política exterior (GÖTZ, 2011, p.12).

É bem verdade que, decorrente da situação complexa, a coalizão de partidos, *Concertación*, entrou em crise devido à sua hegemonia partidária por todo o pós-1990. “*Primero, los hechos mismos revelaron la mala gestión e incluso corrupción que se ha instalado en el sector público luego de veinte años en el poder*” (FUNK, 2009, p.308).

O quadro de popularidade da presidente Bachelet em 2007 diminuiu, entre outros fatores, pode-se citar a descoberta de escândalos no sistema político, corrupções e farsas nos mandatos anteriores, as muitas manifestações estudantis e ainda fatores externos, como o aumento do preço do petróleo e do cobre que desestabilizou a economia, principalmente em 2010.

No período de “*Concertación*” se manteve no poder político chileno, Robert Funk, pondera importante destacar:

Nunca en la historia de Chile ha gobernado una coalición política por dos décadas, y la Concertación, que asumió el poder en marzo de 1990, es uno de los gobiernos democráticos más duraderos del mundo. No obstante –o tal vez por ello– durante el 2008 quedó en evidencia por varios flancos el desgaste político de la coalición gobernante (FUNK, 2009, p.304).

Durante o governo de Michelle Bachelet, os estudantes tiveram um rol de destaque, com posicionamentos firmes e dispostos a se mobilizarem através de marchas pelas principais avenidas da capital, no bairro *Providência* até o Palácio do Governo, *La Moneda*, exigiam mudanças para a melhoria do sistema educacional primário e superior.

Estudantes universitários começaram em 2006 uma luta contra o governo, a favor da promulgação de uma nova lei que redefinissem a Lei Orgânica Constitucional de Educação

n°19.827, assinada em 1990 pelo ex-general Augusto Pinochet, a qual não apresentava nenhuma flexibilização das necessidades dos jovens chilenos.

Eles precisavam de uma nova lei que lhes assegurasse recursos mais eficazes para lhes garantir um futuro acadêmico mais acessível, para tanto passeatas estudantis eram organizadas com o intuito de reclamarem por escolas melhores, universidades bem equipadas e passes de estudantes. O autor define:

Sin embargo, la política de gobierno ciudadano sufrió un golpe duro e irreversible cuando miles de jóvenes manifestaron en contra del sistema educacional en mayo y junio de 2006, en un movimiento conocido como la Revolución Pingüina. Los estudiantes secundarios son conocidos como 'pingüinos' por sus uniformes escolares, que consisten de camisas blancas y trajes oscuros (FUNK, 2009, p.303).

Michelle Bachelet em 2006 lançou um caderno com seu programa de governo, concepções e ideias para serem postos em práticas nesses quatro anos de mandato. Sua política de desenvolvimento, no âmbito da educação, propunha que a formação de caráter, diálogo e cidadania não se aprende somente dentro de uma sala de aula, entretanto, afirma que sua perspectiva de governo estaria disposta a fornecer todas as ferramentas institucionais para garantir aos cidadãos a infraestrutura necessária:

El programa de Michelle Bachelet (Bachelet, 2005), Presidenta de Chile desde marzo de 2006, incluye un cuerpo significativo de propuestas de políticas y reformas con un posible impacto en el crecimiento. En educación, Bachelet propone aumentar la cobertura de la educación pré-escolar y universitaria, establecer subsidios educacionales para familias de bajos ingresos y mejorar la calidad de la educación (ampliando la jornada escolar, modificando los programas escolares, reduciendo el tamaño de los cursos, subsidiando el transporte en las escuelas rurales, mejorando la administración y responsabilidad en las escuelas públicas, y perfeccionando las aptitudes y conocimientos de los profesores) (SCHMIDT-HEBBEL, 2006, p.20).

Em um país que almejava o desenvolvimento como o Chile, a educação não era somente desejada, mas de crucial importância para a sociedade. Tal movimento social tomou conta do país, a deficiência no ensino podia ser percebida nas escolas públicas das quinze regiões do Chile. O descontentamento geral era grande, pois quanto melhor o nível de educação de um país, profissionais mais capacitados são gerados, e, por conseguinte, melhores cargos são ocupados por chilenos no âmbito empresarial, como cita o autor:

[“A ineficácia e a falta de recursos demonstradas pelos governos locais agiram diretamente em detrimento da qualidade do ensino das escolas municipais, sobretudo em comparação com os colégios particulares. Por esse motivo, um dos principais *slogans* que surgiu no calor das mobilizações foi: “Exigimos maior intervenção do Estado no sistema educacional, a educação é um direito e não um privilégio”] (DE LA CUADRA, 2008, p.183).

Ademais, para o fortalecimento da democracia era necessário que o governo de Bachelet contornasse essa crise no sistema educacional do país. A mudança dos artigos da Lei Orgânica Constitucional de Educação, foi feita com um resultado positivo e deu continuidade

à consolidação de um país democrático. Ao longo dos anos buscaram-se cada vez mais soluções para leis que foram aprovadas e ratificadas no período da ditadura.

Um mostra de avanço e progresso na mudança da Constituição com relação à reforma do sistema chileno, está sendo feito “*el Gobierno envió al congreso el 11 de abril de 2007 un proyecto de reforma a la Ley Orgánica constitucional de educación (LOce)*” (MARDONES, 2008. P.107) e no dia 2 de abril de 2009, o Congresso Nacional aprova o projeto de lei que estabelece a Lei Geral de Educação (*Ley General de Educación*), ofício n° 7990.

Foi feita uma reforma no sistema de transportes, a fim de facilitar o trânsito pesado e violento da cidade de Santiago, entretanto, esta se transformou em um verdadeiro pesadelo. As novas linhas de ônibus e metrô tiveram suas rotas totalmente alteradas, passaram a não cumprir um horário fixo e ainda acarretaram um alto tempo de espera pelos usuários do sistema de público de transporte. Concluiu-se que tal sistema não foi implantado com êxito, uma vez que não atendeu à necessidade do público alvo. Nesse período é importante ressaltar os agravamentos das questões internas do país:

[...] se trata de una reforma total del sistema, que incluye la licitación de recorridos, una renovación de la flota, y un rediseño de la malla de rutas en función de recorridos troncales y recorridos alimentadores articulada, además, con el ferrocarril metropolitano de santiago: metro (MARDONES, 2008, p.110).

Os altos investimentos por parte do governo no sistema de transporte da cidade de Santiago e a sua ineficiência foram percebidos pela população, fato que “*puso en jaque no sólo la capacidad de gestión del gobierno, afectando seriamente los índices de aprobación de la presidenta, sino su capacidad para articular y cohesionar una coalición política que muestra síntomas de descomposición*” (MARDONES, 2008. p.103).

Com relação às questões externas do país, “*La crisis energética fue clave en el desempeño de la economía chilena durante el año*” (MARDONES, 2008. p.103). O contínuo aumento dos preços do petróleo e dos alimentos, não favoreceu o bom andamento da economia chilena, que já vivia um momento de instabilidade devido à crise financeira internacional.

Esta crise financeira originou-se no sistema norte-americano de hipotecas em 2007 e eclodiu em outubro de 2008, levou à falência um dos mais renomados bancos (Lehman Brothers) e de várias seguradoras. Tal fato, “*A la vez, el año 2008 fue uno de tremenda turbulencia económica, en que los problemas externos –desde el alto precio del petróleo hasta la crisis de Wall Street– tuvieron un fuerte impacto en el quehacer nacional*” (FUNK, 2009, p.319).

Conhecida como a crise do *subprime*, ela afetou a economia dos Estados Unidos e foi responsável por desestabilizar as economias de muitos países no cenário internacional, que tiveram que adotar medidas a fim de reformar o sistema financeiro, estes países optaram pela redução das taxas de juros com o objetivo de estabilizarem suas economias, como pode ser observado:

O desenrolar da crise colocou em xeque a arquitetura financeira internacional, na medida em que explicitou as limitações dos princípios básicos do sistema de regulação e supervisão bancária e financeira atualmente em vigor, bem como pôs em questão a sobrevivência de um perfil específico de instituições financeiras (FARHI, 2009, p.3).

O impacto da crise de 2008 na economia chilena é passível de explicação, de acordo com Paulo Roberto de Almeida, pois a globalização, fenômeno mundial, acaba por internacionalizar problemas regionais. A relação global x local se torna muito mais complexa, no que diz respeito a evidenciar assuntos culturais, sociais ou econômicos. Por isso a crise que ocorreu em território norte americano atingiu ao mesmo tempo e com efeitos avassaladores outros países, assim aclara o autor:

Um dos temas mais recorrentes no debate político e econômico nacional é, sem dúvida alguma, o do impacto da globalização nas políticas econômicas nacionais e, por extensão, o quanto a incorporação ampliada do País na chamada interdependência global — ou seja, os fluxos internacionais de comércio, finanças, serviços e investimentos — afeta a soberania nacional. Trata-se de um debate que é também internacional, ele mesmo sujeito à *globalização*, como o provam, o alinhamento de forças favoráveis e contrárias à continuidade desse processo (ALMEIDA, 2011, p.143).

Ao seguir com as diretrizes do governo de Ricardo Lagos, o governo de Michelle Bachelet “*La política exterior durante la administración de Bachelet se mostró abierta y receptiva a las oportunidades del medio regional*” (GÖTZ, 2011, p.16), conforme a autora afirma:

[...] *la política exterior chilena buscó renovar su esquema de relacionamiento con América Latina, a través de una mayor inclusión en los procesos políticos y económicos vivenciados en la región y adoptar un perfil externo más político, participativo, propositivo y de mayor sensibilidad ante los acontecimientos de su entorno geográfico* (GÖTZ, 2011, p.13).

Durante a gestão da única presidente mulher na história chilena, o governo tomou a decisão de nomear Andrés Velasco, economista e mestre em Relações Internacionais, como Ministro da Fazenda por quatro anos. Nesse tempo, enfrentou a crise financeira internacional que assolou o país e foi o responsável por adotar medidas que controlassem as finanças internacionais, através do apoio governamental às exportações das pequenas e médias empresas (*Pymes*), o autor nota a importância de tais medidas:

A pesar de las declaraciones de Andrés Velasco a mitad de año, después de la crisis de la bolsa el ministro anunció un paquete para contrarrestar los efectos de la crisis. En su mayoría, el paquete de US\$ 850 millones consistía de medidas para disponer de créditos para las PYMEs y el sector exportador (FUNK, 2009, p.316).

A economia chilena se recupera devido a uma política monetária e fiscal que facilitou uma maior liquidez na economia e em 2009 reflexos positivos são percebidos. A confiança no governo de Michelle Bachelet pôde ser percebida “*cuando la aprobación de la presidenta superó el 60%*” (FUNK, 2009, p.316).

Mudanças significativas no sistema de transporte, educação, saúde, desenvolvimento social e econômico foram tomadas e incentivaram o envolvimento dos cidadãos com o governo nacional. “*Sin embargo, en su preocupación por la protección social, en su capacidad de manejar los recursos del Estado de tal manera que se pudieran financiar reformas dirigidas a los más vulnerables, el concepto de gobierno ciudadano ha tomado forma*” (FUNK, 2009, p.319).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os objetivos desta pesquisa, buscou-se explicar a política externa do Chile após o governo de Augusto Pinochet e como se deu a transição democrática no país, a partir de 1990 até a gestão de Michelle Bachelet.

Observou-se uma mudança do posicionamento do governo de Salvador Allende, com políticas de cunho socialistas, para o governo de Pinochet, com medidas de cunho neoliberal.

A fim de analisar a tomada do poder por Augusto Pinochet, foi feito um levantamento histórico desde a independência chilena, em 1818, fato que tornou possível uma melhor compreensão da política interna do país no ano do golpe, 1973.

Com o golpe político ao então presidente Salvador Allende, decorreram dezesseis anos de ditadura chilena, entre o período de 1973 a 1989. Sobre regime ditatorial iniciou-se o processo de liberalização comercial, com uma economia dependendo fortemente do comércio internacional.

Segundo Paulo Roberto de Medeiros Kreter, a década de 1990 é marcada por acontecimentos marcantes que refletiram na agenda política do sistema internacional e grandes paradoxos e perguntas ainda estão por serem respondidas.

Na década de 90, a queda do Muro de Berlim representou o fim da guerra ideológica entre o socialismo e capitalismo. O confronto da ex-URSS e os EUA, que resultou na vitória do capitalismo, tornou os Estados Unidos uma superpotência e fez com que uma série de potências regionais surgissem.

Tais potências contrapuseram e balancearam o poder em uma nova ordem que pode ser considerada: uni multi polar. Possibilitou a construção de uma nova agenda de poder que divide espaço com vários atores não governamentais, dentre eles, a sociedade civil, as Organizações Não-Governamentais (ONG's), Organismo Internacionais (OI's), Fóruns Multilaterais e os Grupos de discussões globais com temas diversos que antes não eram tratados com prioridade na organização e composição do Sistema Internacional. Temas como: cooperação e integração regional e extra regional, segurança internacional e a as novas formas de securitização, terrorismo, fome, pobreza e educação entraram em debate.

Este trabalho argumenta que as linhas de política externa chilena, em seu modelo político obtiveram êxito, principalmente, a partir da transição do país para a formação de uma democracia, a qual se deu com a formação de uma coalizão de partidos políticos, *Concertación por la Democracia*.

Este partido manteve-se no poder por 20 anos, ao longo da década de 1990, em um momento pós ditadura, elegeu os presidentes: Patricio Aylwin, Eduardo Frei Ruiz-Tagle, Ricardo Lagos e Michelle Bachelet. Estes presidentes ficaram conhecidos como transacionais, pois foram responsáveis pelo reconhecimento internacional do Chile como um país de política externa baseada em um modelo de transição democrática.

O modelo econômico neoliberal estabelecido ainda no governo de Augusto Pinochet se manteve. Após a Guerra Fria a orientação da política externa chilena passou a buscar uma maior inserção e reconhecimento internacional. Para tanto, o país usou estratégias como a cooperação com outros países através de Acordos de Complementação Econômica (ACE), Tratados de Livre Comércio (TLC) e também na aproximação com blocos econômicos.

Os quatro governos democráticos do Chile mostraram o poder de liderança presidencial na América Latina, sendo influenciadores de decisões e mudanças convenientes com os processos de reforma política após 1990. E também se preocuparam em alcançar um maior grau de democratização aprimorando suas políticas públicas.

Durante o governo do presidente Patricio Aylwin Azocar (1990- 1994) foram adotadas políticas que inserissem o Chile em um modelo de governo democrático, com a denominada política de reinserção internacional. A partir do governo do presidente Eduardo Frei Ruiz-Tagle (1995-2000) e pelo presidente Ricardo Lagos Escobar considera-se a política da diplomacia para o desenvolvimento, como forma de aprofundar e dinamizar as relações bilaterais e multilaterais do país. Michelle Bachelet seguiu com as políticas econômicas do governo anterior.

Dadas às mobilizações estudantis, os jovens contestam a forma de como o governo trata o modelo de educação chileno, reflexo de uma política neoliberal instaurada quando o governo era ditatorial.

Verificou-se, portanto, que apesar da importância do tema, política externa chilena, não há estudos suficientes quanto a esse assunto na literatura brasileira. A bibliografia existente está na produção de teses de doutorados e dissertações de mestrados. Tratando-se de livros, optei pela leitura em espanhol.

Ao final do trabalho, percebi que me equivoquei ao pensar que o recorte histórico da minha pesquisa, que tem como objeto de estudo a política externa do período de 1990 a 2010, não seria extenso. Ao retratar o golpe de Augusto Pinochet, foi necessário antes explicar o momento histórico que o país passava com Salvador Allende, para então explicar a razão pela qual o Chile precisou de um governo que fizesse a transição para uma democracia.

Busquei retratar em seu primórdio, um país desde sua independência, porém agora percebo claramente que se minha pesquisa tivesse um tempo cronológico menor para que fatos pudessem ser analisados, eles teriam sido descritos com mais precisão e mais em detalhes.

Entretanto, conseguir passar tanta informação para o papel, requer dedicação e que sejam filtrados os momentos históricos de maior importância e peso, para a formação da atual política exterior chilena.

Ao final deste trabalho, percebo um saldo positivo em meu enriquecimento acadêmico como também reconheço algumas falhas que fizeram parte de meu próprio crescimento pessoal.

BIBLIOGRAFIA

AGGIO, Alberto. Uma insólita visita: Fidel Castro no Chile de Allende. **História**, Franca, v. 22, n. 2, p. 151-166, 2003 . Disponível em:

<Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-90742003000200009&lng=en&nrm=iso>. Acessada em: 03 Nov. 2012.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Globalizando: ensaios sobre a globalização e a antiglobalização*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 272, p.2011.

ARANA, D.B. **Historia general de Chile**. Tomo Primeiro. Santiago do Chile. Editorial Universitária, 2000. Acesso em 18 de Jun. 2012.

Archivo General de la Nación, infolio, pág. 257, citado em Otero, José Pacífico, **Historia del Libertador Don José de San Martín**, Buenos Aires, Editorial Sopena Argentina, 1949, págs. 407-408.

BACHELET, M. 2005. **Programa de Gobierno**. Manuscrito, Santiago, 18 outubro, 2005. Disponível em:

<<http://cronopio.flacso.cl/fondo/pub/publicos/2005/libro/025794.pdf>>. Acesso em: 06 Mar, 2012.

CANO, Wilson. América Latina: notas sobre a crise. **Econ. soc.**, Campinas, v. 18, n. 3, Dec. 2009. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-06182009000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 Jun. 2012.

CAPISTRANO, Janaína. História e memória no Chile contemporâneo. v. 5, n. 5, junho de 2008. Dossiê História da América – **Revista Outros tempos**. Disponível em:

<<http://www.outrostempos.uema.br/volume05/vol05art10.pdf>>. Acesso em: 24 Fev. 2013.

COLACRAI, MIRYAM; LORENZINI, MARÍA ELENA. La política exterior de Chile: ¿excepcionalidad o continuidad? Una lectura combinada de "fuerzas profundas" y tendencias. **CONfines de Relaciones Internacionales y Ciencia Política**, México, v.1, n.2, ago/dez 2005.

Disponível em:

<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=63310204>>. Acesso em 11 Fev. 2013.

DEL ALCAZAR GARRIDO, Joan. A "imunidade soberana" de Pinochet contestada. **Lua Nova**, São Paulo, n. 49, 2000 . Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452000000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 Jun. 2012.

DE LA CUADRA, Fernando. Conflito social e movimento estudantil no Chile. **Estud. hist. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 42, Dec. 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21862008000200004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 08 Mar. 2013.

DONGHI, Tulio Halperin, **História da América Latina**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982. Ed. 2011 n. 4, p.392

EDWARDS, S. Internacionalización y política económica en América Latina **Estudios Internacionales**, Norteamérica, v. 39, n. 154, 2006. Disponível em: <<http://www.revistaei.uchile.cl/index.php/REI/article/viewArticle/14473/18972>>. Acesso em: 19 Fev. 2013.

ESTEVES, Thiago de Jesus. Integração regional na América Latina: da CEPAL ao Consenso de Washington. **Revista IDeAS**, v. 2, n. 2, p. 172-202, jul.-dez. 2008. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/cpda/ideas/revistas/v02/n02/IDeAS-v02_n02-artigo_THIAGO_ESTEVES.pdf>. Acesso em: 25 Ago. 2012.

FARHI, Maryse. A crise e os desafios para a nova arquitetura financeira internacional. Crise e recuperação da confiança. **Rev. Econ. Polit.** São Paulo, v. 29, n. 1, Mar. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572009000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 10 Mar. 2013.

FERNANDES, Fernanda de Moura. **De golpe a golpe: política exterior e regime político no Brasil e no Chile (1964-1973)**. 1995. 130 f. Dissertação (Mestrado em Relações Exteriores), Universidade de Brasília, 2007.

FERMANDOIS, J. Inserción global y malestar regional: la política exterior chilena en el ciclo democrático, 1990-2006. **Estudios Internacionales**, Norteamérica, v. 39, n. 154, 2006. Disponível em: <<http://www.revistaei.uchile.cl/index.php/REI/article/viewArticle/14474/14787>>. Acesso em: 19 Fev. 2013.

FIGUEIRA, Ariane Roder. **Introdução à análise de política externa**. São Paulo: Saraiva, 2011.

FUENTES, Cristián. Balance crítico de la política exterior de Chile 1990–2009, in: Yesko Quiroga and Jaime Ensignia (eds), *Chile en la Concertación (1990–2010). Una mirada crítica, balance y perspectivas*, Santiago: **Friedrich Ebert Stiftung**, 123–158, 2009.

FUNK, ROBERT L. Chile: segundo tiempo. **Rev. cienc. polít. (Santiago)**, Santiago, v. 29, n. 2, 2009. Disponível em:
<http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-090X2009000200004&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 05 Mar. 2013.

GALLEGO, Francisco A; LOAYZA, Norman, The Golden Period for Growth in Chile: Explanations and Forecasts (February 2002). **Central Bank of Chile Working Paper No. 146**. Disponível em:
<<http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.301294>>. Acesso em: 18 Jun. 2012.

GOBIERNO DE CHILE. **Decreto Supremo N° 355 de 25 de abril de 1990**. Tomo I. Disponível em: <http://www.ddhh.gov.cl/ddhh_rettig.html>. Acesso em: 21 Fev. 2013.

_____. **Lei n.º 527, 27 de junho de 1974**.

GÖTZ, Betancourt, Shirley. **El papel del liderazgo político en la orientación de la política exterior chilena hacia el espacio sudamericano en el período 2000-2010**. In: 3º Encontro Nacional ABRI. Escola Politécnica da USP, São Paulo, 21 Jun. 2011.

GUEMBE, María José. Reabertura dos processos pelos crimes da ditadura militar Argentina. **Sur, Rev. int. direitos human.**, São Paulo, v. 2, n. 3, Dec. 2005. Disponível em:
<<http://dx.doi.org/10.1590/S1806-64452005000200008>>. Acesso em: 25 Feb. 2013.

KRETER, Paulo Roberto de Medeiros. **Atores e interesses chilenos nas negociações com o mercosul : a política exterior do Chile para o mercosul nos anos 1990-2000**. 2006. 130 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em:
<<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/10822>>. Acesso em: 6 Ago. 2012.

ORELLANA, Edith Jacqueline León. **A transformação da Concertación no Poder**. 2012. 87 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em:
<<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/66314>>. Acesso em: 15 Fev. 2012.

MAGNOLI, Demétrio. **Relações Internacionais: teoria e história**. São Paulo: Saraiva, 2004.

MARDONES Z, RODRIGO. Chile: Transantiago recargado. **Rev. cienc. polít. (Santiago)**, Santiago, v. 28, n. 1, 2008. Disponível em:
<http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-090X2008000100006&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 05 Mar. 2013

MOREL, Blanca Lila Gamarra. **O desenvolvimento do Chile das reformas econômicas de 1973 a 2006**. 2008. 92 f. Dissertação (Economia do desenvolvimento) - Programa de Pós-Graduação em Economia. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: 2008. Disponível em:
<http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=1677>. Acesso em: 15 Fev. 2013.

NEGRI, Camilo. As dificuldades de implementação da Via Chilena ao Socialismo: análise do impacto de três propostas econômicas. **História Unisinos**, São Leopoldo, v. 16, n. 1, p 55-68, Jan/Abr, 2012.

NOGUEIRA ALCALA, Humberto. LA EVOLUCIÓN POLÍTICO-CONSTITUCIONAL DE CHILE 1976-2005. **Estudios constitucionales**, Santiago, v. 6, n. 2, 2008. Disponível em:
<http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-52002008000100011&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 02 abr. 2013.

VALDIVIA ORTIZ DE ZARATE, Verónica. ¡ESTAMOS EN GUERRA, SEÑORES!: EL RÉGIMEN MILITAR DE PINOCHET Y EL "PUEBLO", 1973-1980. **Historia (Santiago)**, Santiago, v. 43, n. 1, jun. 2010. Disponível em:
<http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0717-71942010000100005&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 02 Abr. 2013.

PINEDO, Javier. El concepto Segunda Independencia en la historia de las ideas en América Latina: Una Mirada desde el Bicentenario. **Atenea (Concepc.)**, Concepción, n. 502, 2010 Disponível em:
<http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-04622010000200009&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 30 Jun. 2012.

PINHEIRO, Flávio Leão. Chile: um país em movimento. In: Maria Regina Soares de Lima; Marcelo Vasconcelos Coutinho. (Org.). Agenda sul-americana : mudanças e desafios no início do Século XXI. ed. Brasília: **Fundação Alexandre Gusmão**, v.1, p. 37-67, 2007.

QUEZADA, Abraham (2010) “Inserción Internacional de Chile en la Post-Guerra Fría. Concertación política e integración económico-comercial; dos ejes conceptuales de la política exterior en el Gobierno de Ricardo Lagos (2000-2006)”. **Enfoques**, vol. VIII, no. 13, pp. 119-134, Santiago, 2010. Disponível em:

<http://www.politicaygobierno.cl/?page_id=1242>. Acesso em: 26 Fev. 2012.

ROMANO, Ricardo Stucchi. **A articulação entre as políticas fiscal, monetária e cambial no Chile a partir da década de 1990. 2008.** 54 f. Monografia - Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2008. Disponível em:
<<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000437695>>. Acesso em: 25 Ago. 2012.

ROJAS ARAVENA, Francisco. El Cono Sur latinoamericano y la Iniciativa para las Américas. **Estudios Internacionales**, Norteamérica, v. 26, n. 101, 1993. Disponível em:
<<http://www.revistaei.uchile.cl/index.php/REI/article/viewArticle/15450/15903>>. Acesso em: 20 Fev. 2013.

_____. Chile: mudança política e inserção internacional, 1964-1997. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 40, n. 2, Dec. 1997. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S003473291997000200003&lng=en&nrm=iso>.
Acesso em: 22 Fev. 2013.

SCHMIDT-HEBBEL, K. (2006). El crecimiento económico de Chile. Documento de trabajo N° 365, **Banco Central de Chile**. Disponível em:
<<http://www.bcentral.cl/eng/studies/workingpapers/pdf/dtbc365.pdf>>. Acesso em: 24 Fev. 2013.

SILVA, Eça Pereira da. **Araucaria de Chile (1978-1990): a intelectualidade chilena no exílio. 2009.** 2009. 166 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. Disponível em:
<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-30112009-150205/>>. Acesso em: 07 Jan, 2012.

SILVA JUNIOR, Altamiro. **A política comercial e o ajuste no Chile nos anos 70 e 80.** 1995. 78 f. Monografia – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

